MÁRIO DE CASTRO

À MARGEM DA QUESTÃO SEBÁSTICA

CONFERÊNCIA REALIZADA NO TEATRO SOUSA BASTOS, DE COIMBRA, NO DIA 19 DE MARÇO DE 1925, A CONVITE DA UNIVERSIDADE LIVRE.

COM UMA CARTA PRÉVIA
DE VITORINO NEMÉSIO

COIMBRA
EDIÇÃO DA UNIVERSIDADE LIVRE
1925

I-2006
-15

À MARGEM
DA QUESTÃO SEBÁSTICA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
GRÁFICA CONIMBRICENSE, LIMITADA — LARGO DA FEIRA — COIMBRA

MÁRIO DE CASTRO

À MARGEM DA QUESTÃO SEBÁSTICA

CONFERÊNCIA REALIZADA NO TEATRO SOUSA BASTOS, DE COIMBRA, NO DIA 19 DE MARÇO DE 1925, A CONVITE DA UNIVERSIDADE LIVRE.

COM UMA CARTA PRÉVIA
DE VITORINO NEMÉSIO

COIMBRA
EDIÇÃO DA UNIVERSIDADE LIVRE
1925

Meu caro Mário de Castro

Aqui, no àtriozinho do seu folheto, lhe vou dizer o que de mim requere sôbre o que nêle se estampa. Não faço, evidentemente, um juízo. Além de que sou pouco ajuïzado nestas questões de história, sucede que *Á Margem da Questão Sebástica* é o comentário breve, de geral ideologia ou de ética, às atitudes galhardamente assumidas por dois divergentes espíritos. Qual dêles o mais formoso, um aparece como bom servidor da razão, António Sérgio; o outro, Carlos Malheiro Dias, mestre com provas no bem-pensar e escrever, nos surge fantasiado de paladino, com sinais manifestos de embriaguez heróica. Entre os dois, meu amigo, vá lá a gente escolher! Todavia, se neste prélio me é dado meter o colherão — a mim, cujo equipamento me não permite mais que ser uma praça do rancho — eu vos direi que a verdade, a verdade nua, pùdicamente se oculta do insigne escritor que tanto privou com ela. Eu não sei... Mas podemos mesmo supor que D. Sebastião foi um perfeito rei, espelho de cavaleiros, exemplo de donzéis, assombro vivo dos mais leais conselheiros, que nem assim lograremos dissipar do céu português das ideias, dos sentimentos, dos influxos, emfim, que nos regem e determinam, a nuvem má em que se lhe toldou a memória. O Desejado nacional não é o salvador prudente, senão o enleio fatal. Daí, como diriam certos sebastianistas — o seu doirado corpo de quimera.

Esta questão, Mário de Castro, tem portanto a mais severa das gravidades. É o conflito entre o bom senso elementar e a loucura divina dos poetas, êsses simpáticos inventores do dia claro — com uma manhã de nevoeiro. Depois, o ponto de vista em que V. se coloca é eloqüente, admirável: contém uma das mais formosas lições de moral que eu conheço. Sendo V. um moço, dá a novos e a velhos êsse tão raro espectáculo de inteligência e isenção, que é tôda a sua palestra. É claro: o nosso comércio amistoso, quási fraterno em tão minguados dias de privança, cerra-me a bôca para todo elogio além dêste. Contudo, fez V. bem em me pedir estas linhas. Eu sou, um pouco, por compleição e afinidades persistentes, um dêsses moços em quem o sentimento vivo algo escurenta a razão; e assim talvez me sentisse melhor com os que defendem o fantasma. Não admira. Mateus Alvares, um dos falsos D. Sebastião, de que Miguel de Antas fala, era ilhéu meu patrício. Já vê portanto que tenho o virus sebástico. Entretanto, se a minha fragilidade se compraz dessa forma, meus raros instantes de fortaleza enèrgicamente a condenam para seguir a razão. E assim é que posso em derradeira instância dizer que estou consigo.

Monte Arroio, Março de 1925.

VITORINO NEMÉSIO.

I

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Dois dos mais belos espíritos e, por uma felicíssima coincidência, também dois dos mais belos caracteres, que em seus grémios conta a elite intelectual portuguesa, os senhores António Sérgio e Carlos Malheiro Dias, envolveram-se em rija polémica a que serviu de mote a figura lendária do Desejado e que, sob a provável designação de — Questão Sebástica, — por certo ficará nas páginas da história literária portuguesa, como uma das mais interessantes e úteis.

E porque ela se suscitou, afinal, no nobilíssimo intuito de esclarecer a mocidade académica, mal pareceria que esta, embora pelo mais modesto dos seus representantes, não desse aos contendores desta batalha do espírito, um claro testemunho da forma como sôbre si reage a contenda, e a todos uma demonstração de que a mocidade portuguesa, para quem ansiosamente se voltam tantos olhos nesta hora duvidosa, não vive alheada das grandes questões do pensamento.

Eis porque apareço à margem da polémica.

E por feliz me dava já com a alegria que proporciono aos contendores, dando-lhes a consoladora cer-

teza de que não são surdos os ouvidos e impenetráveis as inteligências dos mesmos a quem se dirigem, se me não ficasse ainda a risonha esperança de ter sido apenas o primeiro, entre os muitos colegas meus, que, com certeza, me vão acompanhar.

Não me move outro intuito que não seja subtrair-me a uma existência vegetativa de instinto, e, alma desfraldada aos ventos da emoção e da ideia, convosco ir singrando pela vida em alegre companha...

Se há assunto que mereça a nossa desvelada atenção, por certo êste é um dêles, e por isso não entro já agora na sua análise, sem dirigir aos dois magnos escritores um caloroso agradecimento, pelo óptimo serviço que prestaram à mocidade, permitindo-lhe o pensar e apaixonar-se por alguma coisa de mais sério e de mais elevado do que as ridicularias de teatro novo e teatro velho, ou as torpezas de Cunha Leal e José Domingues.

II

Como quer que o sr. Carlos Malheiro Dias compusesse uma *Exortação à Mocidade,* que devia ter sido proferida na Universidade de Coimbra, se não foram circunstâncias lamentáveis que não vêm agora para o caso, e afinal veio a publicar com aquele mesmo título; e como quer que nessa *Exortação* o sr. Carlos Malheiro Dias se referisse desagradàvelmente ao sr. António Sérgio, a propósito do conceito que êste forma de D. Sebastião, que êle venera como símbolo de virtudes que convém à mocidade imitar, o sr. António Sérgio respondeu-lhe numa carta que prefacia uma colectânea de escritores coevos, compilada com o intuito de demonstrar que o Desejado é precisamente uma daquelas figuras da nossa vasta e rica galaria histórica, que, pelas suas incapacidades e defeitos, menos convém apontar como modêlo à juventude.

A esta resposta do sr. António Sérgio, replicou o sr. Carlos Malheiro Dias, num enérgico prefácio de uma nova edição da *Exortação à Mocidade*, que acaba de sair.

Pelo que é dado ao meu espírito apreender, o que há verdadeiramente nesta polémica é um conflito entre dois *tipos* de mentalidade, no qual o fantasma de D. Sebastião surge como mero reagente precipitador.

Quere o sr. Carlos Malheiro Dias que a mentalidade da juventude se modele em determinada forma e segundo determinadas directrizes; quere o sr. António Sérgio que essa mentalidade se modele numa determinada forma que não é aquela que preconiza o sr. Carlos Malheiro Dias, e segundo determinadas directrizes que diferem também das que êle prega. E o fogo sagrado que anima ambos é o mesmo desejo de dar à pátria melhores dias, adestrando a mentalidade dos que hão-de ser àmanhã os seus prováveis orientadores, pela forma que a cada um parece mais conveniente.

O fogo sagrado que anima ambos é, pois, a mesma ânsia de perfectibilidade, dirigida, neste caso particular, ao mesmo objecto: o bem-estar e o progresso da grei. E a mesma fé ardente que transfigura, o mesmo entusiasmo de paladino que empolga, a mesma confiança em si próprio que vitaliza, põe cada um na defesa do processo que aconselha para realização dêsse objectivo: processo que tem ainda a mesma natureza substancial, por isso mesmo que ambos usam intransigentemente a mesma arma: o espírito, a fôrça persuasiva da acção doutrinária, a fôrça renovadora da acção educativa.

Nestes dois homens se encontram, pois, reünidos, na mais perfeita síntese, todos os predicados que essencialmente e irredutìvelmente caracterizam um patriota, um idealista, um homem de fé e um espiritualista. Idealistas ambos, porque ambos se sentem interiormente abrasados da mesma ânsia de perfectibilidade, da mesma insubmissão às realidades actuais, esforçada e desinteressadamente se consagrando à obra de transformá-las no sentido dêsse maior bem que sonharam: e o idealismo não é outra coisa senão isto. Patriotas ambos, porque ambos se queimam na aspiração dadivosa de serem úteis à sua pátria. Ambos também e não só um ou outro, homens de acrisolada fé, porque em nenhum se observam os caracteres de um scéptico,

antes pelo contrário, ambos são dotados daquela inquebrantável tenacidade do homem que crê nos fins que o determinam. Ambos, finalmente, espiritualistas, porque não vi jàmais que um excedesse o outro no culto do espírito, no cunho espiritual que imprime à sua vida, nem vi jàmais que, em qualquer campo da actividade humana, algum prègasse a primazia do corpo ou a violência contra o espírito.

Nada importa, à caracterização de um idealista, a espécie de ideal que professa. Não há substancialmente diferença alguma entre o idealista cuja ânsia de perfectibilidade existe por relação à Divindade, e o idealista em quem êsse predicado existe sòmente por amor da Vida. Nada importa, à caracterização dum patriota, a forma como êle entende que deve servir a pátria: tudo está em que nêle se verifiquem os requisitos essenciais do patriotismo, isto é, a sincera intenção de a servir, sobrepondo o interêsse dela ao seu restrito interêsse pessoal, sempre que os dois colidam.

Nada importa, à caracterização de um homem de fé, o ideal em que a põe: tudo está em que a ponha e não seja por isso um scéptico.

Que se creia na imortalidade do espírito, ou se lhe atribua a mesma contingência precária do corpo, nada importa também à caracterização de um espiritualista, desde que nêle compareçam as qualidades que o definem, isto é, desde que subordine todos os actos da sua vida aos mandamentos do espírito, emancipando-se assim da obediência servil ao sensualismo do corpo.

E nada importa também à questão o racionalismo, porque o racionalismo é comum a tôdas as atitudes espirituais e em tôdas se compreende, como método disciplinador e ordenador que é de todos os fenómenos da intelecção. Racionalistas só não são os doidos, porque só os doidos não sabem nem podem, emquanto durar a anormalidade, pôr em ordem os seus pensa-

mentos, hàrmonizar os seus sentimentos, dar-lhes configuração perceptível, ter, emfim, a inteligência dos seus sentimentos e o sentimento da sua inteligência. Nem o racionalismo exclui o próprio idealismo, pois pelo racionalismo se coordenam aqueles pensamentos elaborados sôbre considerações do real, nessa síntese sistemática, e por isso mesmo inteligível, que se chama o ideal.

Nenhuma razão há, pois, que legìtimamente se possa invocar para opor idealismo a racionalismo, porque estas ideias não se excluem, antes pelo contrário se integram.

Desta forma me parece que o sr. Carlos Malheiro Dias faz um injusto monopólio, quando nega idealismo a todos aqueles que não professam o seu idealismo, fé a todos os que não professam a sua fé, espiritualismo aos que não professam o seu, patriotismo aos que não professam o seu patriotismo, visto que não concebendo patriotismo em idealismo, também só concebe idealismo como o seu.

E não é, como diz o sr. Carlos Malheiro Dias, o idealismo à sua maneira que pode obstar aos males do egoísmo vampirino que dessora esta nação, e que injustamente atribui àqueles cuja atitude filosófica diverge da sua, mas a integridade de carácter e o sincero amor do próximo, que, como legítimos produtos da natureza humana, florescem ou não independentemente da forma de pensar de cada um sôbre o problema da vida.

Só assim se explica que o sr. Carlos Malheiro Dias possa verificar êste facto contraditório e doloroso para o seu diamantino coração, de ao seu lado formarem precisamente aqueles que a tôdas as reformas de utilidade nacional, por êle próprio preconizadas, que se resolvam numa limitação dos bens temporais, em vista de uma sociedade mais fraterna, opõem uma tenaz

resistência, que por certo não filha raízes no desapêgo corporal que o espiritualismo implica, mas ao contrário, na mais sórdida e realíssima sensualidade.

Ora, são estes monopólios, esta embriaguez das próprias convicções, melhor direi, êste fanatismo das próprias convicções, que criam no viver social irredutibilidades indestrutíveis, que levam os indivíduos a reünir-se em grupos com a consistência de castas, que se odeiam e guerreiam, impossibilitando assim a colaboração de todos, até naquelas realizações que se compreendem comummente no corpo doutrinário de cada uma delas.

São estas irredutibilidades perniciosas, que penetraram também já no viver académico por forma tal, que, mais do que castas, pouco menos do que exércitos secretos se constituíram já na Academia de Coimbra, que truculentamente se combatem. Acirrando êsse espírito, afigura-se-me portanto que o sr. Carlos Malheiro Dias teria servido mal o seu excelso patriotismo, tantas vezes pôsto à prova.

Assentemos, pois, e definitivamente, em que o sr. Carlos Malheiro Dias e o sr. António Sérgio não são mais patriotas, mais idealistas e espiritualistas um que o outro, mas apenas professam, *com a mesma veemência de amor e de entusiasmo*, formas diferentes de o ser, de onde irradiam sistemas diversos de *política patriótica*.

Apreciemos cada um dêles.

III

Confrangido pela dores que ao seu nobre patriotismo causavam os males da pátria, vinha o sr. Carlos Malheiro Dias a Coimbra exortar a mocidade académica a que os redimisse, tomando para isso uma atitude francamente combativa, que repusesse a aristocracia da inteligência no seu lugar de comando, emancipando-a da subalternidade em que está do demagógico desvairo das multidões a que a democracia leva, e que aspèrrimamente condena, convidando-a a formar o seu baluarte e o seu entrincheiramento, e a fazer regressar a pátria às suas virtudes tradicionais, fórmula vaga que só posso interpretar, tanto quanto mo permitem os elementos que me oferecem a vida e obra do sr. Carlos Malheiro Dias, além da crítica acerba que faz da democracia e do liberalismo, como uma reintegração mais ou menos completa, no nível moral, social e político anterior a 1820. E tudo a mocidade devia fazer com o ímpeto da luta, o ardor da fé, o exaltado messianismo patriótico de D. Sebastião, porque é sobretudo com isto que as pátrias se fazem e não com arengas e decretos à Mousinho da Silveira e outros.

Considerando primeiramente a sua crítica à democracia, e supondo-a por momentos justa, a verdade é que o sr. Carlos Malheiro Dias se esqueceu de que em tôda a *Exortação* incorre nos mesmos erros que

apaixonadamente lhe atribui. Insurge-se o sr. Carlos Malheiro Dias contra o empirismo das multidões, ¡esquecendo-se de que outra coisa não faz senão incitar empiricamente os moços para a multidão dos que consigo erguem tenda nos arraiais do ideal católico! Revolta-se o sr. Carlos Malheiro Dias contra o despotismo das multidões, esquecendo-se de que vinha exortar os moços a um despotismo idêntico. Soergue-se colèricamente contra o jacobinismo revolucionário, mas não se lembra de que vinha incitar os moços para um jacobinismo semelhante.

Empirismo revolucionário ou religioso, despotismo democrático ou aristocrático, jacobinismo rubro ou azul, são cousas perfeitamente idênticas, e não é o facto de uma agradar e outra desagradar ao sr. Carlos Malheiro Dias, que lhes tira a identidade substancial que a lógica de um critério objectivo irrefutàvelmente lhes assinala.

E', aliás, o próprio sr. Carlos Malheiro Dias quem o reconhece quando diz: que é sob a forma de ideais que as doutrinas dissolventes dos racionalistas se manifestam.

E se se mantivesse mais fiel às suas próprias doutrinas, em obediência à afirmação de que, não sendo possível eliminar da natureza humana a fôrça do sentimento (dos ideais), é necessário reconduzi-la para o estado de espírito que produziu um Nun-Alvares, não teria vindo aconselhar à mocidade que se armasse a-dentro da sua cidadela contra o assalto da multidão: tê-la-ia antes aconselhado a que se aproximasse dela, fazendo uso da fôrça persuasiva que é a máxima virtude da inteligência, a qual vence, *convencendo:* e dando êste conselho, não só se harmonizava perfeitamente com a sua citada afirmação, como ainda com a sua qualidade de espiritualista, que acima de tôdas as violências coloca o recurso ao espírito. E não sómente

por subordinação ao espírito e por fidelidade à inteligência, mas ainda por uma consideração elementaríssima de bom senso, a não ser que o sr. Carlos Malheiro Dias chegue ao desvairo de postergar êste do domínio do seu idealismo, o que não acredito.

Com efeito, e admitindo um momento ainda que a sua crítica à democracia está certa, sabe o sr. Carlos Malheiro Dias e sabe tôda a gente, que a democracia, embora haja de considerar-se um flagelo, é, todavia, um flagelo inevitável, como uma saraivada ou outro qualquer fenómeno da Natureza; um facto, o facto último, irreversível e fatal dos nossos dias.

«Pode-se deplorar, como se deplora a volta do inverno, mas com a mesma inutilidade. E' absolutamente vão entregarmo-nos, por sua causa, a uma filosofia de gemidos. O melhor é acomodarmo-nos a ela, e adaptar-lhe o melhor possível as instituïções, de forma a extrair-lhe o maior bem ou, ao menos, o menor mal possível.» Assim disse um grande publicista.

Parece-me, por conseqüência, que exortar os moços a combater a democracia, será induzi-los a um desperdício quixotesco e inglório de energias viris e generosas, que seriam incomparàvelmente mais úteis ao patriótico anseio de todos, não em utopias de destruí-la, mas no esfôrço construtivo de organizá-la. Sabe, aliás, o sr. Carlos Malheiro Dias, que a sua exortação aos moços para que estremassem campos, opondo às fileiras da plebe as fileiras da intelectualidade, sôbre ser uma instigação à luta de classes, substancialmente idêntica à do revolucionarismo, seria nos tempos de hoje perfeitamente anacrónica. A partir da revolução industrial na Inglaterra, tornou-se cada vez mais impossível estabelecer diferenças entre classes intelectuais e classes que o não são, porque cada vez mais o trabalho intelectual e o trabalho manual se

acompanham indissociàvelmente, quer por fôrça da sua natureza intrínseca, quer por imposições externas de solidariedade por divisão do trabalho.

Instigar os moços a que mantivessem essa diferença, era portanto instigá-los a um anacronismo e a uma utopia, pouco generosa aliás, mas instigá-los ainda a agravar os próprios males que condena. E' precisamente por êsse afastamento sistemático das classes intelectuais, fazendo a cultura pela cultura num egotismo incompatível com as suas responsabilidades sociais; é precisamente porque os homens da cultura se acobardam e desertam dos seus lugares de comando, humanamente entendido; é por êsse desdém *snob* dos intelectuais pelos outros, que se se tornam possíveis os desvairos e os despotismos que o sr. Carlos Malheiro Dias atribui às multidões.

E não é instigando os moços a que comandem *de cima*, a que comandem mas guardando orgulhosamente as respectivas distâncias, a que comandem, emfim, que êsses desvairos e êsses despotismos se aplacam.

IV

Sabe, porém, o sr. Carlos Malheiro Dias que a democracia não é êsse despotismo das multidões, nem essa liberdade licenciosa, nem essa igualdade sem restrições, que como tal vinha apresentar aos estudantes de Coimbra. Os seus venerandos cabelos brancos de patriota insigne, que incondicionalmente respeito, não lhe dão o direito de desacreditar, em nome do seu ideal, o nosso ideal de democratas, apresentando-o a pessoas de inteligência deturpado em seu fundamento.

Dizer que a democracia é o predomínio ultrajante do número, o despotismo anárquico das multidões, seria pior que atribuir ao rei do sistema integralista o poder despótico sôbre os seus súbditos.

Também nós queremos o predomínio da inteligência e a reintegração da inteligência nos seus legítimos lugares de comando, mas queremos que ela conquiste êsses lugares pelas demonstrações evidentes da sua qualidade, e governe, não actuando discrecionàriamente e dispondo dos governados como quem dispõe de coisas, mas *convencendo;* e por isso Bergson diz que a democracia «é a comunidade de obediência, *livremente consentida,* a uma superioridade de inteligência ou de virtude».

E por isso que queremos o predomínio da inteligência, queremos que o predomínio pertença à verdadeira inteligência, e não a uma camada intelectual seleccionada convencionalmente através de privilégios histó-

ricos e tradicionais; e para isso é necessário desfazer tôdas as barreiras artificiosas de preconceitos de classe, criar tôdas as facilidades económicas que permitam a livre manifestação das vocações individuais.

Os democratas não desconhecem as desigualdades naturais do homem, mas reconhecem que só na democracia os valores mentais, protegidos ou desprotegidos da fortuna, têm a necessária garantia de livre expansão e desenvolvimento. A igualdade é assim, para êles, apenas «a igualdade do ponto de partida», como é freqüente dizer-se em Inglaterra, compatível, portanto, com a hierarquia de valores; mas não vêem nessa hierarquia de valores mais do que diferenças que vão ao encontro de outras tantas diferenças funcionais do organismo social, sem que por isso constituam, sob o ponto de vista moral e humano, e por conseqüência dos seus direitos potenciais, superioridades e inferioridades.

E' esta possibilidade de todo o indivíduo desenvolver a sua vocação e ocupar o pôsto que por fôrça dela lhe pertence, sem obstáculo algum, que em democracia se chama liberdade. A sua garantia e o seu limite estão na lei. Mas porque a lei em democracia é uma expressão de solidariedade e nunca uma fórmula de imposições discrecionárias, boas ou más, ou um sistema de vínculos pessoais, entendem os democratas que a lei deve ser *querida* e não imposta; o que além de ser justo, pois a lei se dirige a uma nação, que é um agregado de homens e não um rebanho de irracionais, oferece ainda a vantagem prática de a tornar mais fàcilmente obedecida, por isso mesmo que brota das consciências daqueles mesmos que lhe hão-de obedecer.

Exortar a mocidade a colocar-se à margem dos tempos, num combate a uma coisa que os factos demonstram estar definitivamente consubstanciada com o viver social contemporâneo, é algo de quixotesco e esterili-

zante, cujos efeitos perniciosos se fariam sentir numa rarefacção cada vez maior dos valores activos e dirigentes.

Era assim que, possìvelmente, nos falaria António Sérgio. Ele não nos viria dizer que para salvar a pátria era necessário reingressar nesta ou naquela atitude tradicional; não nos aconselharia sistemàticamente a *tradição* como *modêlo* a seguir; antes dela aproveitaremos como *exemplo* ou lição de experiência, o que como tal conviesse à atitude do presente, depois de assim julgado pelas disciplinas racionais e não pelos caprichos da sensibilidade.

E isto porque a tradição, por si, não é boa nem é má, podendo ser ambas as coisas, como o sr. Carlos Malheiro Dias aliás confirma na sua contumaz e acerba crítica da *tradição secular* do liberalismo.

Não é de mais o depoimento de um ilustre prelado português, o sr. D. António Barbosa Leão, Bispo do Pôrto, a quem eu há um ano ouvia dizer, falando da sua obra apostólica, que os maiores obstáculos que lhe obstruíam o caminho lhe vinham sempre da tradição.

Tradição em Portugal é o parasitismo comunitário do Estado, o desequilíbrio formidável das profissões, que deram no desaproveitamento das nossas riquezas naturais, e, todavia, há muito que essa tradição está diagnosticada como a principal doença portuguesa.

O sr. António Sérgio não nos viria prègar as virtudes congénitas desta ou daquela fórmula, o fetichismo dêste ou daquele símbolo, a paixão, dissolvente e cega como tôdas as paixões, dêste ou daquele credo místico, porque tudo isso nada vale, quando não tem a servi-lo a inteligência clara e a vontade firme: êle exortar-nos-ia a que nos familiarizássemos acima de tudo com os problemas nacionais, estudando-os com a inteligência liberta de qualquer ideia preconcebida, porque é da sua solução que depende exclusivamente o ressurgimento pátrio e

nunca da adopção pura e simples de qualquer fórmula sedutora, tradicional ou não tradicional.

Ele viria exortar-nos a que devemos prevalentemente à nossa personalidade a têmpera rija de um carácter íntegro, de uma vontade robusta e persistente, de uma inteligência ágil no seu discernimento e clarificada nos seus objectivos finais, porque é justamente nessa falta que está a fonte de todos os males.

Ele nos exortaria a que à paixão das fórmulas e ao fetichismo dos conceitos abstractos, que são o facho incandescente de tôdas as cóleras multitudinárias dos jacobinismos rubros e azuis, substituíssemos o entusiasmo das soluções concretas e a disciplina das ideias claras, que são a fonte inexgotável de tôdas as harmonias. Por certo êle nos exortaria a que puséssemos na luta todo o ardor juvenil da nossa fé, a coragem indómita da nossa energia varonil, tôda a ânsia inquietante de perfectibilidade que faz estremecer de entusiasmo heróico os nossos nervos moços: mas que subordinássemos os nossos entusiasmos, a nossa fé e a nossa idealidade à luz da razão, porque sem ela tudo é caduco. Eis-nos assim chegados, meus senhores, ao ácume da questão.

Emquanto o sr. Carlos Malheiro Dias dá primazia ao sentimento sôbre a inteligência, o sr. António Sérgio, pelo contrário, obedecendo à seriação causal das funções orgânicas e ao lógico encadeamento das relações intelectivas e sentimentais, dá primazia à inteligência sôbre o sentimento. Emquanto o sr. António Sérgio entende que só a inteligência, ordenando e disciplinando os ímpetos sentimentais, pode, lúcida e proficuamente, orientar o homem no seu caminho através da vida, o sr. Carlos Malheiro Dias entende, pelo contrário, que o sentimento se avantaja à inteligência e a ultrapassa na percepção nítida dos fins. Emquanto o sr. Carlos Malheiro Dias concede à inteligência atributos do sen-

timento e ao sentimento atributos da inteligência, o sr. António Sérgio, pelo contrário, subordina-se às leis que regem a natureza humana, mantendo ìntegramente distintos, em sua independência congénita, os dons do sentimento e da inteligência.

Tendo que decidir-me por um lado ou outro, não hesito um momento em decidir-me pelo lado do sr. António Sérgio.

Além de perfeitamente ilegítimo sob o ponto de vista lógico e até religioso, não reconheço vantagem alguma em inverter os dados naturais da vida humana, desviando das suas funções próprias os órgãos que em vista delas foram dispostos ordenadamente em sistema; pelo contrário, parece-me que, quando o funcionamento autónomo de cada órgão se perturba pela intromissão abusiva de cada um na vida dos outros, se perturba também o funcionamento normal do sistema, pervertendo-se em seu fim.

Na expressão lapidar de um grande espírito, o sr. Raúl Proença: «triste do que vive sem exuberância de sentimentos, porque mutila e mumifica a existência. Mas mais triste ainda o que faz as suas razões dos seus sentimentos, porque confunde e prostitui o próprio espírito.

Quero desejar com tôda a minha alma, viver com todo o meu ser — e pensar só com o meu cérebro. Quando chegar a vez do cérebro falar, deixa, pois, calar o coração. E' essa a verdadeira *santidade* do espírito».

Se transpusermos agora o problema, do campo especulativo para o campo das realidades, hemos de reconhecer que em Portugal espirra por todos os cantos, sob as mais variadas formas, êsse ímpeto da luta, essa efervescência da fé, êsse dom do sentimento, emfim, que o sr. Carlos Malheiro Dias vinha prègar aos estudantes, e que não é, por isso, aí que reside o

mal, mas no facto de não existir paralelamente, dominando-lhe os desvairos, amoldando-lhe os ímpetos, corporizando-lhe as virtudes, a persistência da vondade, a disciplina das ideias, o dom da inteligência clara, emfim.

Dizer que a sensibilidade portuguesa se empederniu, e de suas fontes outrora gorgolejantes não escorrem mais as linfas da fé acrisolada, do ideal e da valentia sem limites na luta, seria esquecer ingratamente o impressionante simbolismo dêsse pobre serrano anónimo, que sob a carícia duma lâmpada votiva dorme, no rendado sarcófago da Batalha, o seu sono eterno de herói lusíada. Seria esquecer o denodado heroísmo dêsses portugueses de pura lei que escalaram, uns, o reduto amotinado de Monsanto, e o defenderam outros com sanha leonina, todos febrilmente impelidos pela mesma alucinação de ideal.

Escolho estes dois exemplos típicos, porque nêles se patenteia visìvelmente, não a crise sentimental mas a crise da inteligência, pois em ambos os casos a exuberância do sentimento foi traída pela inteligência do comando. E isto prova ainda à evidência como o sr. Carlos Malheiro Dias erra quando afirma que as pátrias se não salvam com reformas mas apenas com fé, mística exaltação patriótica; porque se assim fôra, outros teriam sido os resultados por nós colhidos na grande guerra, e não ficaria quiçá inane a rajada de bravura indómita que inflou as flâmulas, que um momento ainda tremularam nos píncaros de Monsanto!

Assim fôra, senhores, e em vez de chorar na *Exortação* os males da pátria, o sr. Carlos Malheiro Dias teria vindo a Coimbra saüdar as glórias do seu ressurgimento, depois que a alma portuguesa, incarnando nos heróis magníficos, que seria injúria comparar a D. Sebastião, em paroximos de fé, em arrebatamentos alucinantes de ideal, ergueu êsses dois arcos de triunfo

sob os quais passará extasiada a legião dos séculos, que vão de Lisbôa ao Rio e a Macau!

Não, meus senhores, não é de exuberâncias sentimentais que esta pátria está sedenta, mas de mentalidades criadoras que nos dêem acção fecunda.

Não é de ímpetos momentâneos de heróis guerreiros que esta pátria está morrendo a míngua, é da acção calma, persistente e contínua dos apóstolos, dos sábios, dos reformadores e dos estadistas.

V

Para exemplo destas virtudes jàmais podia ser apontado quem por sua vida foi precisamente o contrário delas, isto é, D. Sebastião.

Sou eu quem o diz? ¿Ou mesmo o sr. António Sérgio? Não: é o sr. Carlos Malheiro Dias.

Com efeito, depois de o ter apresentado na sua *Exortação* como herói exemplar, tanto assim que, relembrando António Nobre, para quem D. Sebastião era o maior rei de Portugal, e contrapondo o poeta a António Sérgio, cuja opinião é assás diferente, diz «não, mocidade, quem tem razão é o poeta e não o racionalista», exortando a mocidade a que lhe seguisse o exemplo, sem lhe fazer qualquer restrição; depois disto o sr. Carlos Malheiro Dias, fazendo a distinção entre o herói e o chefe de estado que anteriormente não fizera, pois o proclamou, não o maior herói mas o maior rei, depois disto o sr. Carlos Malheiro Dias convém, como se pode ler a páginas 81 e 108 do seu Prefácio, que D. Sebastião era «um rei juvenil que na grandeza da Pátria punha as suas desvairadas ambições de glória»; «impulsivo, romanesco, apaixonado e impetuoso — reconheço que faltam ao Desejado os predicados de equilíbrio, de senso prático, de ponderação, capazes de o imporem ao acatamento dos homens serenos, prudentes e reflectidos»; «não o invoquei para acon-

selhar a mocidade a repetir a sua *carreira trágica* e os seus *erros fatais.*»

Se assim condena, porém, a sua carreira trágica e os seus erros fatais, ¿como pode invocar para exemplo a sua marcialidade, a sua coragem, a sua desvairada ambição de glória, se foi tudo isso que o levou à sua carreira trágica e aos seus erros fatais? ¡Lamentável contradição!

¿Com que autoridade é que o sr. Carlos Malheiro Dias vem condenar as alucinações dos jovens sindicalistas, se apresenta à mocidade como exemplo um alucinado, cujas alucinações é êle o próprio a confessar que levam a carreiras trágicas e a erros fatais?

Como é que o sr. Carlos Malheiro Dias pode invocar as palavras do bispo de Silves «a vontade por si, sem obediência do entendimento, é desconcêrto», quando ao mesmo tempo apresenta como exemplo uma vontade que não quis obedecer a entendimento e por isso mesmo deu em desconcêrto? ¿Como pode apresentar essas palavras como preceito a seguir, apresentando ao mesmo tempo como exemplo D. Sebastião, a quem elas se dirigiam e que a elas faltou?

Mas há mais. Diz o sr. Carlos Malheiro Dias: «de de-certo êle não vale como ensinamento — pobre Galaaz desterrado do século XIV para o século XVI — as figuras gigantes e radiosas de perpétua luz, do santo condestável, do ínclito Infante, do grande D. João II, do terrível Albuquerque. Vale, sim, nas horas de desgraça, como representação simbólica da vitória da Pátria sôbre as vicissitudes que êle próprio lhe preparara por suas mãos inocentes».

Mas então, senhores, se D. Sebastião *não vale como ensinamento* as figuras gigantes de Nun-Alvares, do Infante, de D. João II, do terrível Albuquerque, ¿porque se vem apresentar D. Sebastião e se não apresentam os outros?

E depois, apresentar como representação simbólica da vitória da pátria sôbre as suas vicissitudes, aquele mesmo que lhas preparara, isto é, aquele que por obstinação de glória pessoal a levara à derrota, como o próprio sr. Carlos Malheiro Dias reconhece, é uma ideia extravagante que faria gargalhar o mais generoso leitor, se as suas mãos de artífice primoroso a não tivessem encantadoramente vestido das mais deslumbrantes roupagens...

Nem êste jovem rei «autoritário, místico e ambicioso», como dêle diz, não o sr. António Sergio mas o sr. Carlos Malheiro Dias, pôde jàmais apresentar-se como exemplo de patriotismo, uma vez que pela sua pátria não soube sacrificar-se. Ir à Africa não foi sacrifício, porque nisso se haviam polarizado obstinadamente os seus desejos; sacrifício teria sido casar, para deixar assegurada a continuïdade dinástica e com ela a independência nacional, que por sua morte ficaria, como os factos tristemente demonstraram, sob a eminência da absorpção espanhola. Baldadamente, porém, aqueles mesmos que o instigam a passar a Africa o aconselham a casar: ¡o jovem rei «autoritário, místico e ambicioso», não sacrifica um só dos seus caprichos pessoais, ao soberano e augusto interêsse da grei!

E porque vem a talho de fouce, para que o sr. Carlos Malheiro Dias demonstrasse que foram as virtudes do rei D. Sebastião que o integraram no sentimento popular, teria de demonstrar, primeiramente, que também foram as virtudes do rei que o fizeram desejado quando êle ainda não era nascido...

O que fez o sebastianismo foi o facto de D. Sebastião representar a independência, não por virtude das suas qualidades pessoais, mas porque êle era o único detentor legítimo do trono, cujo regresso, a dar-se, obstaria à calamidade da absorpção espanhola, que infelizmente se consumou.

E quanto a dizer-se que o sebastianismo é um sentimento enraïzado no coração do povo, parece-me exagêro dos que confundem a *sentimentalidade* aflorando na imaginação artística dos poetas, com o verdadeiro *sentimento* popular, que, se chora de comoção quando uma guitarra toca, também estua de alacridade na energia viril e sadia do trabalho campesino.

Foi a estética literária que, exagerando o significado dum episódio que se não compreende fora das circunstâncias transitórias do momento histórico em que se gerou, e explorando a tal ou qual morbidez do nosso temperamento de meridionais, atribuíu o prestígio de característica racial ao sebastianismo. E por mais que o sr. Carlos Malheiro Dias se esforce por amoldar o sebastianismo à sua interpretação caprichosamente subjectiva, a verdade é que não conseguirá arrancar-lhe o significado objectivo que essa palavra encerra, e que contemporâneamente tem induzido naquele messianismo patético que levava tanta gente a supor que a simples implantação da República resolvia tudo, como há hoje muita gente que supõe tudo resolver com a restauração da monarquia; e que leva tôda a gente a um parasitismo comunitário depredador das mais preciosas riquezas nacionais, tudo esperando das graças da Providência ou das virtudes mirificas dum ditador que há-de vir, em vez de confiar primeiramente em si, nas aplicações da iniciativa própria, actuando sob o império de uma vontade firme e independente.

Parece-me que o sr. Carlos Malheiro Dias, vindo a Coimbra sob os impulsos dum magnífico esto patriótico, exortar os moços a uma atitude viril de combate pela reintegração da inteligência, teria servido mal os seus nobilíssimos intuitos, exortando a que confiemos no senso crítico de um poeta, que, quer pelo pendor da sensibilidade, quer pelas anormalidades doentias,

não podia ser intérprete fiel, e exemplificando com um rei — singular contradição! — cuja vida manifesta claramente, como o próprio sr. Carlos Malheiro Dias reconhece, a mais extraordinária rebeldia às disciplinas da Inteligência.

Lendo certas passagens do discurso do sr. Carlos Malheiro Dias, eu tenho a impressão de que êle nos vinha exortar, não a salvar a pátria num esforçado labor construtivo, mas a morrer com ela galhardamente.

Parece que o grande artista da *Paixão de Maria do Céu*, quando no remanso do seu gabinete compunha a *Exortação*, por momentos se esqueceu de que vinha convidar os moços para uma batalha da vida, e embriagado pelas harmonias do seu próprio verbo, se resolveu por fim a compor, para delícia dos seus ouvintes, uma inspirada sinfonia astral!...

Não o acompanharei tão longe!

Varão ilustre, que eu diria sobejamente digno da galaria de Plutarco, se não andasse tão banalizada a referência, é daqueles que um moço como eu se honra de imitar.

Mas às litanias da *Exortação*, preferirei sempre o conselho do Bispo de Silves — « a vontade, sem obediência do entendimento, é desconcêrto », — conselho que melhor não daria o racionalista, porque outra coisa êle não pretende; conselho que o sr. Carlos Malheiro Dias perfilhou, contradizendo nessas poucas palavras todo o seu longo discurso, como para nos advertir do seu verdadeiro pensar.

Ao Carlos Malheiro Dias que na *Exortação* prega as utopias de reintegrações tradicionais, preferirei sempre, para exemplo de minha própria acção, o Carlos Malheiro Dias claro e arguto que no notável artigo da *Lusitânia* condena as utopias duma Confederação Luso-Brasileira; ao Carlos Malheiro Dias que

na *Exortação* faz a apologia do Desejado, preferirei sempre o Carlos Malheiro Dias que na *Lusitânia* condena formalmente a sua política expansionista; ao espírito tradicionalista que na *Exortação* condena o reformador Mousinho da Silveira, o espírito renovador que na *Lusitânia* preconiza a sua política, a «política de economia» e reforma radical na gente, nos costumes e na organização social que em nossos dias continuam, como êle diz, Quirino de Jesus e Exequiel de Campos; ao espírito apaixonado que na *Exortação* prega os milagres da fé sebástica, preferirei sempre o espírito justo que na *Lusitânia* reivindica a prioridade para a inteligência; ao espírito romântico que na *Exortação* prega as virtudes messiânicas dos conceitos abstractos, preferirei sempre o espírito claro que na *Lusitânia* prega a eficácia construtiva das ideias concretas!

E, emfim, atentando na nobre austeridade da sua vida, subordinada às disciplinas racionais e não ao desregramento das paixões que aconselha, dêle direi, invertendo o adágio de frei Tomaz: — faze o que êle faz, não faças o que êle diz — sempre que nos meus ouvidos ressoar o froixo de palavras lindas que, como uma cascata de pedras preciosas, na *Exortação* jorrou de seus lábios apolínios...

Coimbra, 18 de Março de 1925.